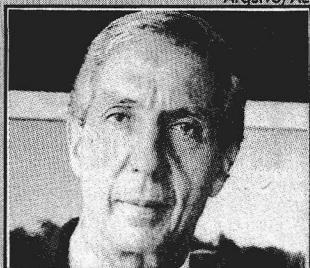


ECONOMIA

Arquivo/AE



Abílio Diniz: paz na família.

Nesta página: estão praticamente definidas as medidas do pacote econômico. Uma delas é a suspensão, por dois anos, das transferências constitucionais para os Estados e os municípios. **Página 7:** o líder do governo na Câmara, Roberto Freire, acusa os empresários de pregarem a desobediência civil ao ameaçar não recolher o IPI. Está prestes a ser fechado o acordo de paz na família Diniz. Abílio vai ficar com o comando do Pão de Açúcar. Itamar confisca dinheiro de origem suspeita e doa para a campanha contra a fome. **Seu Dinheiro:** Dólar paralelo chega a CR\$ 200,00 (página 8).



Itamar confisca dinheiro de origem suspeita e dá aos pobres

Pacote está quase definido

SUSPENSÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA ESTADOS, PREFIXAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL SÃO ALGUMAS DELAS

JOSÉ NEGREIROS

Para zerar o déficit público no Orçamento da União, que deverá ser enviado ao Congresso na próxima semana, a assessoria econômica do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está preparando uma emenda constitucional que prevê a suspensão, por dois anos, de transferências financeiras para os Estados e municípios, afetando principalmente os chamados "recursos vinculados".

Com o déficit de 1994 zerado, o governo primeiro prefixaria a taxa de câmbio e as tarifas públicas — os preços sob seu controle — e em seguida negociaria com o setor privado a prefixação dos demais preços da economia — juros, aluguéis, e produtos industriais e agrícolas. Esta seria a "paulada" ou choque na inflação, cumprindo a promessa que FHC fez de não surpreender nem quebrar contratos. A âncora, conforme ele disse há dois dias, seria fiscal.

Para operacionalizar as medidas mais duras contra a inflação, estuda-se alteração jurídica que torne o Banco Central indepen-

dente, imunizando-o contra pressões do Tesouro e dos governos estaduais; a Unidade Fiscal de Referência-UFIR seria extinta, iniciando o rompimento da indexação da economia; a taxa de desvalorização cambial antecipada para um período de 30 dias; e os prazos de remuneração — a posteriori — dos títulos da dívida alongados em troca da suspensão do Imposto de Renda sobre o lucro adicional dos bancos.

Para superar a dificuldade de aprovação da emenda congelando transferências constitucionais, o governo negociaria com as lideranças partidárias, que também representam candidatos à Presidência da República, e bancadas federais, que também operam em nome de projetos políticos de governadores de Estado mesmo em fim de mandato, de forma a deixar claro que trata-se de um "plano de emergência, com efeitos provisórios", que será útil para qualquer que seja o presidente a ser eleito. Ao tomar posse, o novo presidente pode imediatamente rever tais regras.

Plano quer evitar híper

EQUIPE QUER EQUILÍBRIO FISCAL

"O plano é fiscal e evitará a hiperinflação durante a campanha eleitoral do ano que vem. Se nós conseguirmos o equilíbrio fiscal, caso o Congresso aprove a emenda que muda a estrutura de transferências financeiras, o resto — a paulada — será muito mais simples" afirmou uma fonte do governo. Segundo suas explicações, as "transferências vinculadas" envolvem sobretudo recursos destinados à educação, saúde, previdência e a um fundo especial das regiões Norte e Nordeste, que passaram de 13% para 18% da arrecadação tributária na nova Constituição. Mas está nos planos da equipe econômica apropriar-se também de parcela dos recursos destinados ao Fundo de Participação de Estados e Municípios em troca de outras concessões que ainda estão sendo discutidas.

Um assíduo interlocutor político do ministro Fernando Henri-

que afirma que o esforço dos técnicos passou a concentrar-se nas transferências após uma análise rigorosa das mega-contas do Orçamento, que, em números aproximados refletem o seguinte quadro: folha de pagamento do funcionalismo público (US\$ 27 bilhões), transferências para Estados e municípios (US\$ 40 bilhões), Previdência (US\$ 12 bilhões), Saúde (US\$ 10 bilhões), serviço das dívidas interna e externas (US\$ 10 bilhões).

A soma dessas parcelas, quase US\$ 100 bilhões, ultrapassa bastante a previsão de receita de US\$ 80 bilhões. Sem mexer nelas, pouco efeito terá a reforma administrativa com o objetivo de fechar ministérios e cortar gastos, que deverá ser complementada por outras providências, como transferência de encargos — até hoje não providenciada — para Estados e municípios e demais ajustes.